



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Versão revisada do PLO nº 41/19, Processo nº 229.010, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 41/19

Acrescenta o § 5º ao art. 3º e suprime o inciso III do art. 5º da Lei nº 6.355, de 26 de dezembro de 1990, que “dispõe sobre a taxa de coleta, remoção e destinação de lixo”.

Art. 1º Fica acrescido o § 5º ao art. 3º da Lei nº 6.355, de 26 de dezembro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

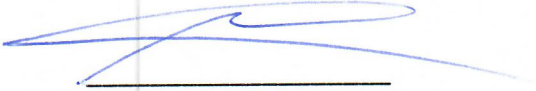
.....

§ 5º Ficam isentos da taxa de lixo os terrenos não edificadas.” (NR)

Art. 2º Fica suprimido o inciso III do art. 5º da Lei nº 6.355, de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 6 de MARÇO de 2019



Tenente Santini
Vereador – PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

1. DA COMPETÊNCIA PARLAMENTAR PARA DEFLAGRAÇÃO DO PROJETO

De início, cumpre destacar a competência dos vereadores proponentes para a presente propositura.

Com efeito, pretende-se alterar e suprimir dispositivos da Lei Municipal nº 6.355/1990, instrumento normativo que dispõe sobre a taxa de lixo domiciliar.

Nessa esteira, compete ao município legislar sobre o taxa de coleta de lixo domiciliar, por força do disposto nos inciso II, do art. 145, da Constituição Federal.

Registre-se, ainda, que tal propositura não se insere entre as matérias de iniciativas privativas do Chefe do Executivo – art. 45, da Lei Orgânica –, de tal sorte que a iniciativa é parlamentar e perfeitamente legal.

A Coordenadoria desta Casa já teve oportunidade de elaborar Estudo Jurídico afirmando a competência de parlamentar para a propositura de projeto como este – Estudo Jurídico CAC nº 100/2017, Danilo Epitácio Neves Rosa, Assessor Jurídico, datado de 06/06/2017.

Vale reforçar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar o ARE 743480, Tema de Repercussão Geral nº 682, fixou entendimento no sentido de que *“inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal”*.

Assim, a presente propositura de iniciativa parlamentar revela-se legal e constitucional.

2. DO MÉRITO DA PROPOSITURA

A Constituição Federal, inciso II, do art. 145, prevê que o município poderá instituir *“taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”*.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

A taxa de coleta de lixo, como serviço público utilizado, de forma efetiva ou potencial, prestado de forma específica e divisível, vem sendo cobrado de terrenos não edificadas, ou seja, daqueles terrenos baldios, isso por conta da Lei Municipal nº 6.355/1990.

O Supremo Tribunal Federal, Súmula Vinculante nº 19, afirmou que “A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal”, o que não se discute.

A respeito da forma de cobrança da taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, o Supremo Tribunal Federal decidiu que pode haver cobrança utilizando-se a metragem do imóvel como referencial no cálculo.

Nos autos do RE 576321, em que se analisava a constitucionalidade da forma de cobrança, fixou-se entendimento de que imóveis com maior metragem, por pressupor morar mais pessoas, e por produzem mais lixo, deveriam pagar mais pelo serviço.

Assim, na divisão, pode-se, sim, levar em conta o tamanho do imóvel para referência do consumo: pela tese, locais maiores abrigam mais pessoas e, quanto mais gente, maior a produção de lixo.

Trazendo essa ideia para o terreno não edificado, ou seja, aquele baldio onde não mora ninguém, por não produzir lixo, deve ser isento do pagamento da taxa. Isso é uma conclusão lógica e coerente.

Não há se falar, nesse caso, que o serviço deva ser cobrado somente pelo fato de tê-lo a disposição! Isso é excesso de exação e fere de morte o princípio da razoabilidade.

Ademais, **não se justifica cobrar a taxa**, com base na suposta disposição do serviço, o que se extrai da expressão “potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento”, conforme alínea b, do inciso I, do art. 79, do Código Tributário Nacional, **quando o serviço sequer será usado, isso porque nos terrenos não edificadas não se produzirão lixo algum dada a inexistência de moradores!**



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

O uso potencial é tido como possibilidade, no sentido de ter o serviço à disposição para uso.

É diferente, destarte, quando se cobra a taxa de um terreno edificado, mesmo que o imóvel esteja desocupado, pois, nesses casos, há a potencialidade plena e efetiva de que ali, a qualquer momento, alguém poderá fazer uso do serviço.

Num terreno baldio, nunca!!!

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2007, nos autos da apelação nº 638.767.5/5-00, Processo nº 0190574-39.2007.8.26.0000, de Relatoria do Desembargador Osvaldo Capraro, entendeu que terreno vago, aquele não edificado, **não deve pagar taxa de lixo**, veja-se:

APELAÇÃO - Ação anulatória de débito fiscal - Taxa de remoção de lixo - Imóvel de propriedade dos autores consistente em terreno vago, portanto, não produz lixo - Serviço específico, porém, indivisível - Lei Complementar 99/01, que instituiu a taxa de coleta de lixo e estabeleceu em seu art. 9º que "o cálculo do valor da taxa será feito considerando-se o metro quadrado da área construída" - Assim, tratando-se de terreno vago, não incide tal taxa - Deram provimento aos recursos nos termos do acórdão, condenando-se o réu Município de Osasco ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais serão corrigidos pelos índices da Tabela Prática do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, a partir de seu ajuizamento.

Portanto, os terrenos não edificados, baldios, devem ser isentos do pagamento desta taxa como forma se de prestigiar o princípio da razoabilidade.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2019.

TENENTE SANTINI
Vereador – PSD